



**LEI Nº 8.666/1993**  
**LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**  
**ADMINISTRATIVOS E OUTRAS**  
**NORMAS PERTINENTES**

20ª edição

**Área específica**

DIREITO PÚBLICO

**Áreas afins**

--

**Público-alvo/consumidores**

TODOS DA ÁREA JURÍDICA

Esta é a edição da Lei de Licitações e Contratos Administrativos mais prestigiada pelos operadores do Direito, pregoeiros e membros de Comissão de Licitação. Suas 19 edições já alcançaram a expressiva marca de mais de 72.000 exemplares comercializados.

A razão do sucesso está no permanente interesse do autor em organizar um índice de assuntos inteligente. Os recursos de tecnologia ainda não atendem à necessidade de informar os dispositivos equivalentes em conteúdo. Por exemplo: quem procurar a palavra edital não encontra, simultaneamente, a expressão ato convocatório.

O organizador também se preocupou com a linguagem coloquial, remetendo o leitor à informação que busca, independentemente da palavra utilizada pelo legislador. Por exemplo: indexou cumprimento de obrigação ao dispositivo que trata de adimplemento.

Essa extraordinária capacidade de analisar, estudar e ouvir seus leitores fizeram do organizador o mais prestigiado professor do tema e justifica o sucesso alcançado pelas suas obras, mesmo numa simples edição da Lei.

Esta 20ª edição inclui o recente Decreto no 10.024/2019 que trata do pregão eletrônico e as atualizações da Lei nº 8.666/1993, trazidas pela Medida Provisória no 896 de 6 de setembro de 2019, quanto à publicação dos editais. A 19ª edição já trazia a atualização dos valores do Decreto no 9.412/2018 e desde a 18ª estavam também contidos excertos do Decreto-Lei no 200/1967, que trata da organização da Administração, e da Lei no 6.019/1974, com as alterações da Lei nº 13.429/2017, o Decreto no 9.507/2018 e a Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, já atualizada pela IN SEGES/MP nº 07/2018, todos sobre terceirização.

Luís Cláudio,  
Presidente da Editora Fórum

**FORMATO:** 10 X 13,5 cm  
**CÓDIGO:** 10001684

B823l	<p>Lei no 8.666/1993: Lei de Licitações e Contratos Administrativos e outras normas pertinentes. Organização dos textos e índices por J. U. Jacoby Fernandes. 20. ed. rev. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 625 p. Coleção Jacoby de Direito Público, v. 1.</p> <p>ISBN 978-85-7700-070-8 (Coleção) ISBN 978-85-450-0731-9</p> <p>1. Brasil. [Lei de licitação (1993)]. 2. Contrato Administrativo - legislação – Brasil. 3. Direito público. I. Brasil. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. II. Fernandes, J. U. Jacoby. III. Fernandes, Jorge Ulisses Jacoby. IV. Jacoby Fernandes, Jorge Ulisses. V. Coleção Jacoby de Direito Público.</p> <p>CDD: 341.352 CDU: 351.712(094.4)</p>
-------	---

### **Jorge Ulisses Jacoby Fernandes**

Professor de Direito Administrativo. Mestre em Direito Público e Advogado. Consultor cadastrado no Banco Mundial.

No serviço público exerceu os cargos de Advogado e Administrador Postal na ECT; Juiz do Trabalho no TRT 10ª Região, Procurador, Procurador-Geral do Ministério Público e Conselheiro no Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Autor de 16 livros, editados pela Editora Fórum, incluindo 6 coletâneas de leis, sendo essa o volume 1. Tem mais de 1100 cursos ministrados nas áreas de controle. É membro vitalício da Academia Brasileira de Ciências, Artes, História e Literatura, como acadêmico efetivo imortal em ciências jurídicas, ocupando a cadeira nº 7, cujo patrono é Hely Lopes Meirelles.

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	9
CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DE 05 DE OUTUBRO DE 1988 (PARCIAL) .....	11
DECRETO-LEI Nº 200, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1967 - Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. (PARCIAL) .....	15
LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. ....	17
Capítulo I - Das Disposições Gerais .....	17
Seção I - Dos Princípios .....	17
Seção II - Das Definições .....	22
Seção III - Das Obras e Serviços .....	25
Seção IV - Dos Serviços Técnicos Profissionais Especializados .....	29
Seção V - Das Compras .....	29
Seção VI - Das Alienações .....	32
Capítulo II - Da Licitação .....	36
Seção I - Das Modalidades, Limites e Dispensa .....	36
Seção II - Da Habilitação .....	49
Seção III - Dos Registros Cadastrais .....	55
Seção IV - Do Procedimento e Julgamento .....	56
Capítulo III - Dos Contratos .....	69
Seção I - Disposições Preliminares .....	69
Seção II - Da Formalização dos Contratos .....	74
Seção III - Da Alteração dos Contratos.....	76
Seção IV - Da Execução dos Contratos .....	78
Seção V - Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos .....	81
Capítulo IV - Das Sanções Administrativas e da Tutela Judicial .....	85
Seção I - Disposições Gerais .....	85
Seção II - Das Sanções Administrativas .....	86
Seção III - Dos Crimes e das Penas.....	87
Seção IV - Do Processo e do Procedimento Judicial .....	89
Capítulo V - Dos Recursos Administrativos.....	91
Capítulo VI - Disposições Finais e Transitórias .....	92
LEI NO 6.019, DE 03 DE JANEIRO DE 1974 - Dispõe sobre o Trabalho Temporário nas Empresas Urbanas, e dá outras Providências. ....	98
LEI NO 8.029, DE 12 DE ABRIL DE 1990 - Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração Pública Federal, e dá outras providências .....	107
LEI Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002 - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. ....	108
LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013 - Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências. ....	114
DECRETO Nº 3.555, DE 08 DE AGOSTO DE 2000 - Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns. ....	117
DECRETO Nº 7.174, DE 12 DE MAIO DE 2010 - Regulamenta a contratação de bens	

e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União. ....	128
DECRETO Nº 7.746, DE 05 DE JUNHO DE 2012 - Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP. ....	134
DECRETO Nº 7.892, DE 23 DE JANEIRO DE 2013 - Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993..	139
DECRETO Nº 7.983, DE 08 DE ABRIL DE 2013 - Estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União. ....	154
DECRETO Nº 9.507, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018 - Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. ....	162
DECRETO Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019 - Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal. .	170
INSTRUÇÃO NORMATIVA/MPOG Nº 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2010 - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. ....	197
INSTRUÇÃO NORMATIVA/SLTI Nº 04 DE 11 DE SETEMBRO DE 2014 - Dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISF do Poder Executivo Federal. ....	203
INSTRUÇÃO NORMATIVA/MPOG Nº 5, DE 27 DE JUNHO DE 2014 - Dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral. ....	231
INSTRUÇÃO NORMATIVA/MPDG Nº 5, DE 25 DE MAIO DE 2017 - Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. ....	234
ANEXOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017 .....	262
PORTARIA Nº 443, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018 - Estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no art. 2º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018. ....	378
SÚMULAS DO TCU .....	381
ORIENTAÇÕES NORMATIVAS DA AGU .....	390
ORIENTAÇÕES NORMATIVAS DO MPOG.....	401
INSTRUÇÕES NORMATIVAS DO COMPRASNET .....	403
LISTA DAS NORMAS QUE REGULAMENTAM A MARGEM DE PREFERÊNCIA EM LICITAÇÕES .....	410
NORMAS DE SUSTENTABILIDADE .....	411
ÍNDICE DE ASSUNTOS.....	415